

A judicialização da saúde é um assunto de extrema importância para o setor tanto para garantir os direitos da população quanto para assegurar a sustentabilidade financeira das operadoras. O tema foi objeto de uma pesquisa de 2019, realizada pelo [Centro de Regulação e Democracia do Insper](#), em parceria com o [Conselho Nacional de Justiça \(CNJ\)](#). O estudo é o tema central do episódio #12, da segunda temporada do IESSCast. Para apresentar uma síntese dessa pesquisa, José Cechin, superintendente executivo do IESS, convida a Profa. Dra. em Direito Constitucional, Natália Pires de Vasconcelos, e Prof. Dr. em Economia, Paulo Furquim de Azevedo.

Neste episódio, os especialistas apresentam as características gerais da judicialização da saúde no Brasil e suas questões centrais, bem como quais as estruturas institucionais para a gestão da judicialização. Na conversa, também são introduzidos os dados, metodologia e aplicação da pesquisa Insper-CNJ.

Natália Pires de Vasconcelos e Paulo Furquim de Azevedo são autores de “A Judicialização da saúde no Brasil”, capítulo que integra o livro “Judicialização de Planos de Saúde: Conceitos, Disputas e Consequências”, organizado pelo IESS, em parceria com o [Copedem](#) e apoio da [ESMAT](#). A publicação é assinada por 20 autores e [pode ser baixada gratuitamente aqui](#).

O episódio #12 está disponível nas principais plataformas de streaming de áudio, como o Spotify, Deezer, Google Podcasts, Apple Podcasts, Castbox. Os programas também podem ser acessados no [site do IESS](#) e, em formato de websérie, [no YouTube](#).

Fonte: [IESS](#), em 11.03.2022.